

SISTAC - Sistemas de Acesso S.A.
CNPJ 00.832.397/0001-88

margens de lucro, taxa de crescimento e taxa de desconto; e (iv) a realização de cálculo independente sensibilizando as principais premissas utilizadas; e (v) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável dos ativos não financeiros, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Covenants financeiros sobre as debêntures.** Conforme mencionado nas notas explicativas 1, 3.11 e 16, em 15 de fevereiro de 2023, a Companhia concluiu a sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia fidejussória, distribuídas em série única, por meio de oferta pública destinada exclusivamente a investidores profissionais. O montante total captado na operação foi de R\$120.000 mil. Em 27 de fevereiro de 2025, a Sistac finalizou o processo de renegociação de suas dívidas, o que permitiu ajustar o custo financeiro e o cronograma de amortização às necessidades de seu fluxo de caixa. Após a renegociação, as debêntures passaram a ter prazo de vencimento em 10 de janeiro de 2030, remuneradas à taxa de 100% do CDI acrescida de spread. O pagamento de principal e juros tornou-se bimestral, após o encerramento do período de carência, finalizado em 10 de julho de 2025. As debêntures incluem cláusulas de vencimento antecipado ("covenants"), destacando-se o indicador financeiro dívida líquida sobre EBITDA, menor ou igual a 3x, apurado anualmente com base nos resultados de 31 de dezembro. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava R\$118.146 mil em dívidas junto a instituições financeiras, tanto na controladora quanto no consolidado. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto.** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) revisão do contrato assinado de renegociação das debêntures; (ii) recálculo dos juros incorridos no período (iii) confirmação externa junto às instituições financeiras; (iv) confirmação externa junto ao agente fiduciário; (v) avaliação da metodologia de cálculo dos índices financeiros estabelecidos nas cláusulas restritivas e sua aderência aos requerimentos dos respectivos contratos; (vi) mapeamento de outros contratos de empréstimos e financiamentos, que ainda que não possuam cláusulas de medição financeira, se tornam vencidos automaticamente em função do não cumprimento de obrigações contratuais com outros instrumentos financeiros (cláusulas de cross-default); e (vii) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre esse assunto nas demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que o tratamento e divulgações dadas sobre o tema estão aceitáveis e consistentes com as respectivas divulgações efetuadas no contexto das demonstrações financeiras. **Reconhecimento de receita.** Conforme mencionado nas notas explicativas 3.13 e 19 às receitas da Companhia referem-se principalmente à prestação de serviços de embarcação, com apoio marítimo para execução de atividades de mergulho. O reconhecimento de receita ocorre apenas no momento da medição do boletim referente aos serviços prestados ("boletim de medição") que é revisado e aprovado pelo cliente. As medições nos contratos junto ao cliente Petrobrás ocorrem no dia 25 de cada mês, e faz-se necessário a mensu-

ração e provisionamento da receita referente aos 6 dias subsequentes à medição. O processo de reconhecimento de receita foi considerado um dos principais assuntos de auditoria devido, entre outros fatores: (i) envolvimento de estimativas; (ii) volume das transações concentrados no mês de dezembro; e (iii) a necessidade de inputs manuais no processo, os quais estão sujeitos ao julgamento e subjetividade por parte da Administração, assim consideramos esse tema como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria. **Como nossa auditoria conduziu o assunto.** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a obtenção do entendimento dos procedimentos e controles implementados pela Companhia relacionados ao processo de reconhecimento de receita para auxiliar na seleção e aplicação dos procedimentos de auditoria aplicáveis às circunstâncias; (ii) performance matemática do ticket médio diário de receita da Companhia durante o exercício; (iii) verificação subsequente da receita efetivamente realizada nos seis dias de provisionamento e avaliação da razoabilidade da flutuação; (iv) a realização de procedimentos substantivos analíticos para identificar e investigar padrões incomuns e realizar procedimentos de auditoria adicionais onde os resultados reais não estão de acordo com nossas expectativas; e (v) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas 3.13 e 19 das demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento de receita adotadas pela Administração, bem como as respectivas divulgações efetuadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas de-

monstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Diretoria, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 31 de março de 2026. ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F. Beatriz Gonçalves de Moraes Nicolaci - Contadora CRC RJ-091370/O.

DUANE DO BRASIL S/A

CNPJ/MF nº 29.712.254/0001-14

Balanco Patrimonial Exercícios Findos em 31/12/2025 e 2024 (Em R\$)			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Findos em 31/12/2025 e 2024 (Em R\$)					
	2025	2024	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Reservas de Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Ativo			148.597.000,00	4.829.415,34	30.775.173,99	0,00	0,00	184.201.589,33
Circulante	85.756.784,28	98.635.355,83	-	-	-	-	0,00	85.756.784,28
Caixa e Bancos	298.799,09	341.675,33	-	-	-	-	12.792.666,39	88.525,77
Disponibilidades	298.799,09	341.675,33	-	-	-	-	(12.792.666,39)	(12.792.666,39)
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	82.460.075,57	89.144.802,67	(9.000,00)	-	-	-	-	(9.000,00)
Título de Renda Fixa	82.460.075,57	89.144.802,67	-	-	-	-	-	82.460.075,57
Rendas a Receber	0,00	43.812,24	148.588.000,00	4.829.415,34	18.071.033,37	0,00	0,00	171.488.448,71
Serviços Prestados	0,00	43.812,24	(9.000,00)	0,00	(12.704.140,62)	0,00	0,00	(12.713.140,62)
Outros Créditos	2.997.909,62	9.105.065,59	148.588.000,00	4.829.415,34	18.071.033,37	0,00	0,00	171.488.448,71
Diversos	2.997.909,62	9.105.065,59	-	-	-	-	-	2.997.909,62
Não Circulante	117.047.307,80	115.612.052,50	-	-	-	1.379.600,00	-	1.379.600,00
Permanente	117.047.307,80	115.612.052,50	-	-	-	-	-	117.047.307,80
Investimentos	117.034.198,57	115.611.096,55	-	-	-	-	-	117.034.198,57
Imobilizado de Uso	13.109,23	955,95	-	-	-	-	-	13.109,23
Outras Imobilizações	24.539,36	11.049,36	-	-	-	-	-	24.539,36
(Depreciações Acumuladas)	(11.430,13)	(10.093,41)	-	-	-	-	-	(11.430,13)
Total do Ativo	202.804.092,08	214.247.408,33						
Passivo								
Circulante	25.452,57	25.993,12						
Outras Obrigações	25.452,57	25.993,12						25.452,57
Fiscais e Previdenciárias	25.452,57	24.178,12						0,00
Diversas	0,00	1.815,00						0,00
Não Circulante	46.215.008,32	42.732.966,50						
Recursos Debêntures	22.190.000,00	17.430.000,00						22.190.000,00
Debêntures Emitidas	300.000.000,00	300.000.000,00						(277.810.000,00)
(Debêntures em Carteira)	(277.810.000,00)	(282.570.000,00)						24.025.008,32
Obrigações por Empréstimos e Repasses	24.025.008,32	25.302.966,50						24.025.008,32
Empréstimos	24.025.008,32	25.302.966,50						24.025.008,32
Patrimônio Líquido	156.563.631,19	171.488.448,71						
Capital	148.588.000,00	148.588.000,00						148.588.000,00
Domiciliados no País	148.588.000,00	148.588.000,00						148.588.000,00
Reservas de Capital	4.829.415,34	4.829.415,34						4.829.415,34
Reservas de Lucros	1.766.615,85	18.071.033,37						1.766.615,85
Ajuste de Avaliação Patrimonial	1.379.600,00	0,00						1.379.600,00
Total do Passivo	202.804.092,08	214.247.408,33						

Resultado da Intermediação Financeira			Demonstração dos Resultados Exercícios Findos em 31/12/2025 e 2024 (Em R\$)		Demonstração do Fluxo de Caixa Exercícios Findos em 31/12/2025 e 2024 (Em R\$)	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Resultado da Intermediação Financeira	3.875.031,17	47.612.356,24				
Resultado Títulos de Renda Fixa	3.875.031,17	47.612.356,24				
Resultado Bruto de Intermediação Financeira	3.875.031,17	47.612.356,24				
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(20.179.448,69)	(60.405.022,63)				
Rendas de Prestação de Serviços	585.935,96	867.025,50				
Despesa de Obrigações por Empréstimos	(3.091.799,56)	(8.966.754,27)				
Resultado de Equivalência Patrimonial	(14.465.897,98)	(49.711.422,48)				
Despesas de Pessoal	(70.541,99)	(67.406,18)				
Outras Despesas Administrativas	(2.893.027,35)	(2.208.004,10)				
Despesas Tributárias	(245.932,77)	(318.461,10)				
Outras Receitas Operacionais	1.815,00	0,00				
Resultado Operacional	(16.304.417,52)	(12.792.666,39)				
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro	(16.304.417,52)	(12.792.666,39)				
Lucro (Prejuízo) do Período	(16.304.417,52)	(12.792.666,39)				

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:	(16.304.417,52)	(12.792.666,39)				
Lucro (Prejuízo) Líquido	(16.304.417,52)	(12.792.666,39)				
Ajustes que não Representam Entradas e Saídas de Caixa:	(1.421.765,30)	45.951.329,84				
Depreciações e Amortizações	1.336,72	1.006,36				
Equivalência Patrimonial	(1.423.102,02)	45.950.323,48				
Lucro (Prejuízo) Ajustado	(17.726.182,82)	33.158.663,45				
(Aumento) Redução nos Ativos Operacionais:	12.835.695,31	(37.798.058,47)				
Aumento/Redução em Títulos e Valores	6.684.727,10	(70.577.122,42)				
Aumento/Redução em Rendas a Receber	43.812,24	297,26				
Aumento/Redução em Operações de Crédito	0,00	39.635.703,62				
Aumento/Redução em Outros Créditos/Diversos	6.107.155,97	(6.856.936,93)				
Aumento (Redução) nos Passivos Operacionais:	3.481.501,27	4.220.763,76				
Aumento/Redução de Exigibilidade com Encargos Sociais	1.274,45	(22.199,04)				
Aumento em Outras Obrigações	(1.815,00)	(1.988.300,00)				
Aumento/Redução Recursos Debêntures	3.482.041,82	6.231.262,80				
Caixa (Consumido) Gerado nas Atividades Operacionais	(1.408.986,24)	(418.631,26)				
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:	(13.490,00)	0,00				
Alienação / Inversões de Investimentos	(13.490,00)	0,00				
Inversão Imobilizado de Uso	0,00	0,00				
Caixa (Consumido) nas Atividades de Investimentos	(13.490,00)	0,00				
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:	1.379.600,00	79.525,77				
Redução de APFAC e Reservas de Lucros	0,00	79.525,77				
Ajuste de Avaliação Patrimonial	1.379.600,00	0,00				
Caixa (Consumido) nas Atividades de Financiamentos	1.379.600,00	79.525,77				
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa:	(42.876,24)	(339.105,49)				
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	341.675,33	(680.780,82)				
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	298.799,09	341.675,33				
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa:	(42.876,24)	(339.105,49)				
31/12/2025	0,00	1.815,00				
31/12/2024	0,00	1.019,79				
31/12/2025	0,00	0,00				
31/12/2024	0,00	795,21				
Total	25.452,57	25.993,12				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2025 E 2024 (Em R\$). NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL. A DUANE DO BRASIL é uma empresa que tem como objeto social, a gestão de bens próprios; participar de outras sociedades, a critério da Diretoria, como sócia quotista ou acionista, sem quaisquer restrições, inclusive em sociedades que dependam da autorização do governo para funcionar, respeitadas as disposições legais em vigor; operar como concessionária ou permissionária do Poder Público, nas esferas federal, estadual e/ou municipal, explorando e desenvolvendo o serviço público, em conformidade com a legislação em vigor, podendo, para tanto, participar dos respectivos processos licitatórios, seja na forma de concorrência, tomada de preços, leilão, convite ou equivalentes; realizar a captação, tratamento e distribuição de água; realizar a gestão de redes de esgoto; realizar a construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação; realizar serviços de engenharia; realizar a medição de consumo de água e esgoto. Considerando-se preenchido o fim social se, pelo menos, atingido um dos objetivos declarados. NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS. As demonstrações financeiras apresentadas são de responsabilidade da administração e foram elaboradas conforme as práticas adotadas no Brasil de acordo com as Leis da S/A n. 6.404/76. NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS. (a) Apuração do Resultado - As despesas e receitas são registradas de acordo com regime contábil de competência; e (b) Passivo circulante - Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos. NOTA 04 - BANCOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS. A política de gerenciamento das disponibilidades adotada pela administração privilegia a aplicação dos recursos nos Bancos, Itaú e Santander. As receitas decorrentes destas aplicações são reinvestidas na própria atividade e gestão destacada na demonstração de resultado. NOTA 05 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		
A movimentação e a composição dos investimentos em 31/12/2025 e 2024 estão demonstradas conforme segue:		
Empresas	Patrimônio Líquido	% de participação total
Terminal Intermodal Sul	6.444.100,19	25,00
Tubarão Saneamento S/A	82.989.199,14	100,00
Tubarão Saneamento S/A - (Agio)		
Araricá Saneamento Ltda	16.376.335,86	100,00
Duaneter Ltda	(90.503,15)	71,43
TOTAL	117.034.198,57	115.611.096,55

*As participações em controladas, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com os balanços das respectivas investidas na data-base de 31/12/2025. **NOTA 09 - OUTRAS OBRIGAÇÕES.** Estão assim compostas:

	31/12/2025	31/12/2024
a) Fiscais e previdenciárias	25.452,57	24.178,12
Impostos e contribuições a recolher	24.479,10	24.044,28
Impostos e contribuições s/ Salários	973,47	133,84

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS. Aos Srs. dados da administração e da governança pelas demonstrações contábeis. A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os Administradores são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábe